

NOVO CURSO DE **Direito Civil**

PARTE GERAL

1

PABLO STOLZE GAGLIANO

RODOLFO PAMPLONA FILHO



17^a edição
revista e atualizada

Índice

<i>Agradecimentos</i>	7
<i>Uma Reflexão Sobre o Novo Código Civil</i>	19
<i>Prefácio à Primeira Edição</i>	21
<i>Apresentação da Primeira Edição</i>	23
<i>Nota dos Autores à Décima Quarta Edição</i>	27
<i>Nota dos Autores à Décima Segunda Edição</i>	29
<i>Nota dos Autores à Décima Primeira Edição</i>	31
<i>Nota dos Autores à Nona Edição</i>	33
<i>Nota dos Autores à Sétima Edição</i>	35
<i>Nota dos Autores à Sexta Edição</i>	37
<i>Nota dos Autores à Quinta Edição</i>	39
<i>Nota dos Autores à Terceira Edição</i>	41
<i>Nota dos Autores à Segunda Edição</i>	43
<i>Nota dos Autores à Primeira Edição</i>	45

Capítulo I Noções Elementares de Direito

1. Objetivo do capítulo	47
2. Noções propedêuticas de direito.....	47
2.1. Etimologia.....	47
2.2. Conceito	48
2.3. Outras acepções qualificadas da expressão “direito”	50
2.4. Direito e moral.....	51
2.5. Direito e poder.....	54
3. Fontes do direito	55
3.1. Classificação das fontes.....	56
3.2. Fontes do direito em espécie	57
3.2.1. Legislação.....	57
a) Características gerais da lei	57
b) Classificação das leis.....	58
3.2.2. Costume.....	62
3.2.3. Jurisprudência	65
3.2.4. Doutrina	68
3.2.5. Analogia.....	68
3.2.6. Princípios gerais do direito.....	69

3.2.7. Equidade.....	70
4. Algumas palavras sobre os sistemas jurídicos (<i>civil law</i> e <i>common law</i>).....	73
5. A dicotomia entre direito público e direito privado e a taxonomia do Direito Civil.....	75
6. Conceito doutrinário e histórico do Direito Civil.....	77
7. Conteúdo do Código Civil.....	78

Capítulo II A Codificação do Direito Civil

1. O sentido da codificação	79
2. Argumentos favoráveis e desfavoráveis à codificação	81
3. Antecedentes históricos.....	83
4. A codificação do Direito Civil brasileiro: aspectos históricos e legislativos	85
5. Descentralização e constitucionalização do Direito Civil	89
6. O Novo Código Civil brasileiro	94
6.1. Princípios norteadores do Código Civil de 2002.....	96

Capítulo III Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro

1. O objetivo da Lei de Introdução ao Código Civil: ser uma Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro	99
2. Vigência, validade, eficácia e vigor das normas	101
3. Aplicação de normas jurídicas	107
3.1. Interpretação de normas	108
3.2. Algumas noções sobre a integração normativa	111
3.3. Aplicação temporal de normas	112
3.4. Conflito de normas no tempo (Direito Intertemporal)	118
3.5. Aplicação espacial de normas	120
3.6. Conflito de normas no espaço.....	122

Capítulo IV Pessoa Natural

1. A personalidade jurídica.....	127
----------------------------------	-----

1.1. Conceito	127
1.2. Aquisição da personalidade jurídica.....	129
1.3. O nascituro	130
2. Capacidade de direito e de fato e legitimidade.....	137
2.1. Incapacidade absoluta.....	139
2.1.1. Os menores de dezesseis anos	139
2.1.2. Os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.....	140
2.1.3. Os que, mesmo por causa transitória, não puderem expressar a sua vontade	142
2.2. Incapacidade relativa.....	143
2.2.1. Os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.....	143
2.2.2. Os ebrios habituais, os viciados em tóxicos e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido	145
2.2.3. Os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo	146
2.2.4. Os pródigos	147
2.2.5. Algumas palavras sobre a capacidade jurídica dos silvícolas	148
2.3. Suprimento da incapacidade (representação e assistência).....	149
2.4. Restituição e anulação por conflito de interesses com o representado	151
3. Emancipação	154
4. Nome civil.....	160
4.1. Esclarecimentos terminológicos	161
4.2. Possibilidade de alteração do nome	163
4.3. Tutela jurídica do nome	168
5. Estado da pessoa natural	169
6. Registro civil	170
7. Extinção da pessoa natural.....	174
7.1. Morte civil	175
7.2. Morte presumida	175
7.2.1. Ausência	176
a) Curadoria dos bens do ausente	176
b) Sucessão provisória	177
c) Sucessão definitiva	178
d) Retorno do ausente	179

e) Ausência e dissolução do casamento	180
7.2.2. Justificação de óbito	180
7.3. Morte simultânea (comoriéncia)	181

Capítulo V Direitos da Personalidade

1. Importância da matéria	185
2. Conceito e denominação	186
3. Natureza dos direitos da personalidade	186
4. A construção da teoria dos direitos da personalidade e das liberdades públicas.....	190
5. Titularidade.....	191
6. Características dos direitos da personalidade	194
6.1. Caráter absoluto	194
6.2. Generalidade.....	195
6.3. Extrapatrimonialidade.....	196
6.4. Indisponibilidade.....	196
6.5. Imprescritibilidade	198
6.6. Impenhorabilidade	198
6.7. Vitaliciedade.....	198
7. Classificação dos direitos da personalidade	199
7.1. Direito à vida	200
7.2. Direito à integridade física.....	205
7.2.1. Direito ao corpo humano	207
a) Direito ao corpo vivo.....	207
b) Direito ao corpo morto (cadáver)	211
7.2.2. Direito à voz	213
7.3. Direito à integridade psíquica.....	214
7.3.1. Direito à liberdade.....	215
7.3.2. Direito à liberdade de pensamento.....	218
7.3.3. Direito às criações intelectuais (autoria científica, artística e literária).....	219
7.3.4. Direito à privacidade.....	220
7.3.5. Direito ao segredo pessoal, profissional e doméstico	221
7.4. Direito à integridade moral	222
7.4.1. Direito à honra	222
7.4.2. Direito à imagem.....	223
7.4.3. Direito à identidade.....	225

8. A proteção dos direitos da personalidade.....	225
--	-----

Capítulo VI Pessoa Jurídica

1. Introdução e conceito	229
2. Denominações	230
3. Natureza jurídica da pessoa jurídica (teorias explicativas).....	231
3.1. Teorias negativistas.....	231
3.2. Teorias afirmativistas	232
4. Pressupostos existenciais da pessoa jurídica	235
5. Surgimento da pessoa jurídica.....	236
5.1. Sociedades irregulares ou de fato	239
5.2. Grupos despersonalizados	242
6. Capacidade e representação da pessoa jurídica.....	245
7. Classificação das pessoas jurídicas.....	249
7.1. Pessoas jurídicas de direito público.....	249
7.2. Pessoas jurídicas de direito privado	251
7.2.1. As associações	255
7.2.2. As sociedades	258
a) Constituição das sociedades	259
b) Classificação das sociedades	260
7.2.3. As fundações	265
a) Afetação de bens livres por meio do ato de dotação patrimonial.....	266
b) Instituição por escritura pública ou testamento.....	266
c) Elaboração dos estatutos.....	267
d) Aprovação dos estatutos.....	267
e) Realização do registro civil	269
7.2.4. As organizações religiosas	271
7.2.5. Os partidos políticos	272
7.2.6. As empresas individuais de responsabilidade limitada....	273
8. Responsabilidade civil e penal das pessoas jurídicas	276
9. Desconsideração da personalidade jurídica (<i>disregard doctrine</i>)	278
9.1. Esclarecimentos terminológicos	280
9.2. Disciplina no direito positivo	281
9.3. Proposta de aperfeiçoamento da disciplina jurídica	287

10. Extinção da pessoa jurídica	290
---------------------------------------	-----

Capítulo VII Domicílio Civil

1. Importância da matéria	293
2. Conceito	295
3. Morada, residência e domicílio: distinções necessárias.....	296
4. Tratamento legal e mudança de domicílio	297
5. Domicílio aparente ou ocasional	299
6. Domicílio da pessoa jurídica.....	299
7. Espécies de domicílio.....	300

Capítulo VIII Bens Jurídicos

1. Os bens como objeto de relações jurídicas.....	305
2. Bem × coisa.....	307
3. Patrimônio jurídico.....	308
4. Classificação dos bens jurídicos.....	310
4.1. Dos bens considerados em si mesmos (arts. 43 a 57 do CC-16 e arts. 79 a 91 do CC-02)	311
4.1.1. Bens corpóreos e incorpóreos	311
4.1.2. Bens imóveis e móveis	312
a) Classificação dos bens imóveis	313
a.1) Imóveis por sua própria natureza.....	313
a.2) Imóveis por acessão física, industrial ou artificial.	313
a.3) Imóveis por acesso intelectual.....	313
a.4) Imóveis por determinação legal	314
a.5) Considerações sobre a natureza imobiliária do direito à sucessão aberta.....	314
b) Classificação dos bens móveis	315
b.1) Móveis por sua própria natureza.....	316
b.2) Móveis por antecipação	316
b.3) Móveis por determinação legal	316
c) Semoventes	316
4.1.3. Bens fungíveis e infungíveis.....	316
4.1.4. Bens consumíveis e inconsúmíveis.....	317

4.1.5. Bens divisíveis e indivisíveis	318
4.1.6. Bens singulares e coletivos.....	319
4.2. Dos bens reciprocamente considerados (arts. 58 a 64 do CC-16 e arts. 92 a 97 do CC-02)	320
4.2.1. Classificação dos bens acessórios	320
a) Os frutos.....	320
b) Os produtos	321
c) Os rendimentos	322
d) As pertenças	323
e) As benfeitorias	323
f) As partes integrantes	325
4.3. Dos bens públicos e particulares	325
5. Bem de família	327
6. Coisas fora do comércio.....	341

Capítulo IX Fato Jurídico em Sentido Amplo

1. Noções introdutórias sobre a importância do estudo do fato ju- rídico	343
2. Conceito de fato jurídico em sentido amplo.....	344
3. Classificação dos fatos jurídicos em sentido amplo.....	344
4. Efeitos aquisitivos, modificativos, conservativos e extintivos do fato jurídico	346
4.1. Aquisição de direitos.....	346
4.2. Modificação de direitos	348
4.3. Conservação de direitos.....	348
4.4. Extinção de direitos	349
5. Fato jurídico em sentido estrito	349
6. Ato-fato jurídico.....	351
7. Ato jurídico em sentido estrito.....	353

Capítulo X Negócio Jurídico (Noções Gerais)

1. Introdução	359
2. A transformação da teoria do negócio jurídico	359
3. Conceito e teorias explicativas do negócio jurídico.....	363

4. Concepção do negócio jurídico no direito positivo e pelos planos de existência, validade e eficácia.....	365
5. Classificação dos negócios jurídicos	367
6. Interpretação do negócio jurídico	369

Capítulo XI Plano de Existência do Negócio Jurídico

1. A concepção do plano de existência	371
2. Elementos constitutivos do negócio jurídico.....	372
2.1. Manifestação de vontade	373
2.2. Agente emissor da vontade	374
2.3. Objeto.....	374
2.4. Forma.....	375
2.5. Algumas palavras sobre a causa nos negócios jurídicos.....	376

Capítulo XII Plano de Validade do Negócio Jurídico

1. A concepção do plano de validade.....	381
2. Pressupostos de validade do negócio jurídico	382
2.1. Manifestação de vontade livre e de boa-fé	383
2.2. Agente emissor da vontade capaz e legitimado para o negócio	388
2.2.1. Da representação.....	390
2.3. Objeto lícito, possível e determinado (ou determinável)	392
2.4. Forma adequada (livre ou legalmente prescrita)	393

Capítulo XIII Defeitos do Negócio Jurídico

1. Introdução.....	397
2. Vícios do negócio jurídico.....	397
2.1. Erro ou ignorância.....	397
2.2. Dolo.....	402
2.3. Coação.....	407
2.4. Lesão.....	410
2.5. Estado de perigo.....	418
2.6. Simulação.....	420
2.7. Fraude contra credores	426

Capítulo XIV Invalidade do Negócio Jurídico

1. Introdução	433
2. Considerações prévias sobre a inexistência do ato ou negócio jurídico	435
3. Nulidade absoluta.....	436
4. Nulidade relativa (anulabilidade).....	441
5. Quadro geral comparativo: nulidade absoluta × nulidade relativa ...	447
6. Conversão do negócio jurídico	448

Capítulo XV Plano de Eficácia do Negócio Jurídico

1. A concepção do plano de eficácia	453
2. Elementos acidentais limitadores da eficácia do negócio jurídico.....	453
2.1. Condição	454
2.2. Termo	463
2.3. Modo ou encargo.....	466

Capítulo XVI Prova do Negócio Jurídico

1. Considerações gerais	469
2. Provas, em espécie, do negócio jurídico	472
2.1. Confissão.....	473
2.2. Documento	475
2.3. Testemunha	479
2.4. Presunções.....	484
2.5. Perícia	485
3. Considerações finais.....	487

Capítulo XVII Ato Ilícito

1. Noções introdutórias e conceituais.....	491
2. Da inexistência de diferença ontológica entre ilícito civil e penal....	492
3. Tratamento no Código Civil de 1916 e no Novo Código Civil.....	494

4. O abuso de direito	496
5. Causas excludentes de ilicitude.....	498

Capítulo XVIII Prescrição e Decadência

1. O tempo como fato jurídico	503
2. Fundamentos sociais da limitação temporal de direitos e pretensões.	504
3. Noções conceituais	505
4. Distinção entre prescrição e decadência	511
4.1. Critérios tradicionais	511
4.2. Fundamento doutrinário para distinção <i>a priori</i> de prescrição e decadência.....	514
4.2.1. Classificação dos direitos subjetivos quanto à finalidade..	514
a) Direitos a uma prestação	514
b) Direitos potestativos	514
b.1) Exercitáveis mediante simples declaração de vontade do titular	515
b.2) Exercitáveis mediante declaração de vontade do titular, com exigência judicial no caso de resistência	515
b.3) Exercitáveis mediante ajuizamento obrigatório de ação judicial.....	516
4.2.2. Classificação moderna das ações.....	516
4.2.3. Correspondência entre os institutos da prescrição e decadência com a tutela jurisdicional pretendida	516
5. A prescrição e a decadência no Novo Código Civil	517
6. Causas impeditivas e suspensivas da prescrição.....	520
7. Causas interruptivas da prescrição	525
8. Prazos de prescrição no Novo Código Civil.....	531
9. Prazos de decadência no Novo Código Civil	534
10. Prazos prespcionais em matéria de Direito Intertemporal.....	535
<i>Referências</i>	539